

EDUARDO SÁ BARRETO

FOGO BRANDO - UM MISTO DE LUCIDEZ, CRÍTICA
INCOMPLETA, ILUSÕES E EXPECTATIVAS FRUSTRADAS

Recebido em 11/11/2021

Aprovado em 30/11/2021

FOGO BRANDO - UM MISTO DE LUCIDEZ, CRÍTICA INCOMPLETA, ILUSÕES E EXPECTATIVAS FRUSTRADAS

Resumo

O artigo é um comentário crítico ao texto de John Bellamy Foster publicado no número mais recente da Revista da SEP. Procuro apontar as virtudes, as insuficiências e as mistificações do texto. As reflexões trazidas por Foster permitem abordar questões sensíveis que vão além do pensamento do autor e interessam ao pensamento ecológico marxista de maneira geral.

Palavras-chave: ecologia marxista; mudanças climáticas; transição; Green New Deal

EDUARDO SÁ
BARRETO

Professor da Universidade Federal Fluminense (UFF) e pesquisador do Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas sobre Marx e o Marxismo (NIEP-Marx).

E-mail: eduardobarreto@id.uff.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4431-2607>

Abstract

The article is a critical commentary on John Bellamy Foster's text published in the most recent issue of *Revista da SEP*. I point out the virtues, insufficiencies and mystifications of the text. The reflections Foster presents allow us to address sensitive issues that go beyond the author's thinking and interest Marxist ecological thinking in general.

Keywords: Marxist ecology; climate change; transition; *Green New Deal*

No artigo publicado na *Monthly Review* de novembro de 2019, Foster escreve sob o impacto da então recente publicação do livro de Naomi Klein (2019) em defesa de um *Green New Deal* e de uma série de mobilizações climáticas na Europa e na América do Norte. Decerto, o impacto é tão forte que Foster chega a anunciar a possibilidade de estarmos vivendo os primeiros passos de uma revolução ecológica. No breve comentário a seguir – que acompanha a tradução do referido artigo neste volume da *Revista da SEP* – procuro destacar alguns pontos importantes do pensamento ecossocialista contemporâneo que se manifestam no texto de Foster.

O primeiro deles é a lucidez. Foster apoia-se no melhor entendimento científico e nas melhores evidências disponíveis para afirmar, com segurança e sem meias palavras, que estamos diante de uma crise ecológica e que o caminho para moderar os principais impactos dessa crise é tremendamente íngreme.

Escrevendo no final de 2019, o autor tinha à disposição três Relatórios Especiais do IPCC (Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas) recentemente publicados. O relatório sobre aquecimento global de 1,5°C, de 2018, e os relatórios sobre oceanos e criosfera e sobre uso da terra, ambos de 2019 (IPCC 2018; 2019a; 2019b). Nesses documentos, há elementos suficientes para sustentar que padrões ecológicos decisivos há muito excederam os níveis relativamente estáveis observados no Holoceno. Nesses últimos 12 mil anos, a temperatura média do planeta nunca esteve tão elevada e os oceanos nunca estiveram tão quentes, ácidos e desertificados. A calota polar ártica está colapsando, os mantos de gelo da Groelândia e da Antártida estão fortemente ameaçados, e glaciares no mundo todo estão colapsando. Nossa capacidade de produzir alimentos em grande escala está severamente ameaçada.

Ao mesmo tempo, as trajetórias de abatimento das emissões preconizadas pelo IPCC para garantir *alguma* chance de limitar o aquecimento a 1,5°C são extremamente exigentes e não encontram paralelo histórico sequer próximo (mesmo nos nossos melhores casos de “sucesso”). Recomenda-se uma

redução de 45% no nível global de emissões entre 2010 e 2030 e uma redução de 100% (das emissões líquidas) até 2050. Contraste isso com uma realidade em que três décadas de esforços globais *já* obtiveram sequer uma redução mínima das emissões totais, a não ser em poucos momentos de profunda desorganização econômica provocada por crises.

Por quaisquer critérios que avaliemos esse pequeno conjunto de informações, somos obrigados a concluir que, na melhor das hipóteses, a humanidade encontra-se à beira do precipício e pisando insana e resolutamente no acelerador. Como afirmei há pouco, Foster e a maior parte das e dos militantes e intelectuais ecossocialistas enunciam essa realidade dramática com clareza e razoável precisão. Conforme veremos no terceiro ponto deste breve comentário, minhas divergências começam na maneira como temos concebido o “freio” para essa marcha frenética rumo ao abismo. Antes, porém, cabe abordarmos a crítica incompleta que o autor dirige ao IPCC.

Logo na abertura da seção dedicada a essa crítica, Foster (2021, p. 224) afirma o seguinte:

Em nítido contraste com seu cuidadoso tratamento científico das causas e consequências das mudanças climáticas, relativamente livre de intervenção política, a abordagem do IPCC quanto às ações sociais necessárias para mitigar a emergência climática foi ditada, em grande parte, pela atual hegemonia político-econômica. Até agora, as estratégias de mitigação para reduzir as emissões de dióxido de carbono em todo o mundo foram fortemente impactadas pelo domínio quase total das relações de acumulação capitalistas e pela hegemonia da economia neoclássica.

Trata-se de uma avaliação certa. É verdade que toda a discussão relativa a estratégias de mitigação é quase integralmente determinada (e não apenas no âmbito do IPCC) pelas relações sociais típicas do capitalismo e pelas concepções teóricas e o senso comum que lhe são correspondentes. Na verdade, estranho seria se um dos braços da Organização das Nações Unidas veiculasse recomendações de política com teor ou implicações subversivas. Foster parece não se dar conta disso (ou no mínimo não nos avisa). Tanto é assim que, logo na sequência, ele ainda reforça sua aparente perplexidade

diante da constatação de que organizações conservadoras recomendem políticas conservadoras: “O resultado desses modelos deliberadamente conservadores, que descartam todas as alternativas ao modelo econômico dominante, é a proliferação de avaliações irreais do que pode ser feito e do que precisa ser feito” (FOSTER, 2021, p. 224).

Foster, que é leitor de Roy Bhaskar (citado na última seção de seu artigo), poderia ter se aproveitado melhor das interessantes reflexões do filósofo britânico a respeito do expediente crítico normalmente empregado por Marx. Bhaskar (1998) mostra que a crítica marxiana jamais se interrompe na identificação de incorreções, lacunas, fragilidades, inconsistências etc. das ideias criticadas. A crítica *sempre* avança para tentar compreender por quais razões ideias frágeis ou incorretas são as ideias predominantes. No caso dos modelos mencionados pelo autor, a explicação para o seu caráter conservador e irrealista não se limita à provocação que incluí no final do parágrafo anterior. Precisamos ir um pouco mais fundo.

A dissonância que Foster aponta é muito real. Por um lado, encontramos uma base científica segura e consolidada que nos informa que os principais sistemas naturais que tornam esse planeta habitável estão sendo violentamente desestabilizados pela interferência humana. Por outro lado, encontramos uma série de diretrizes recomendadas para lidarmos com essa situação aguda que, se lidas friamente, mais não são do que o “mais do mesmo” numa calibragem ligeiramente modificada. Em outros termos, a linha política não é consequente com o entendimento científico.

Mas quais seriam os parâmetros mais básicos e gerais de uma linha política consequente? Em termos muito gerais, poderíamos enumerar: eliminação planejada e acelerada de setores de alto impacto; eliminação planejada de setores de baixo impacto, mas dispensáveis; decrescimento planejado de setores de alto impacto, mas necessários; crescimento planejado de setores de baixo impacto e necessários; decrescimento da escala total das atividades produtivas; produção orientada para a durabilidade; eliminação de supérfluos; sacrifícios maiores nas economias centrais do sistema etc. Não

é difícil perceber que a linha consequente conflita de maneira inconciliável com a lógica do capital.

Em outras palavras, as tarefas que temos que divisar a partir de nossa compreensão científica atual atentam frontalmente contra os parâmetros reprodutivos desta sociedade. Diante de uma tensão insolúvel como essa, ou se rompe com o entendimento científico ou se rompe com esta sociedade. Naturalmente, como não faz parte da natureza de instituições como a ONU a possibilidade de romper com a ordem do capital, rompe-se (na prática) com o entendimento científico cujas implicações apontam para a *urgência* de superar esta ordem. Nesse sentido, podemos concluir, para evitarmos a perplexidade que acomete Foster, que os tais modelos conservadores apontados por ele não são deliberadamente usados *apesar* de serem ruins e irrealistas. Eles são deliberadamente usados exatamente *por serem* irrealistas.

O problema não é da técnica/estratégia de modelagem utilizada, como ele parece supor. O problema é que, no que tange à crise ecológica, qualquer técnica que reflita efetivamente o que precisa ser feito é incompatível com a reprodução do capital. Quando o realismo exige a ruptura com o capital, ele se torna inadmissível e é, portanto, interditado. Trata-se, para enfatizar, de uma interdição objetiva/estrutural (para os fins deste raciocínio, importa pouco se a interdição ao realismo é uma conduta consciente ou inconsciente das pessoas envolvidas).

O terceiro ponto que quero trazer neste comentário apresenta uma característica peculiar. Conforme apontei no título do texto, esse terceiro ponto refere-se a ilusões. Mas, ao contrário dos modelos do IPCC criticados por Foster, são ilusões oriundas de tentativas de extrair linhas de ação compatíveis com a gravidade de nossa situação. Trata-se do campo de debates e propostas que vem sendo denominado de *Green New Deal*. Foster menciona ao menos quatro versões do que poderíamos chamar de *Green New Deal*, desde suas origens reformistas moderadas, passando por uma releitura mais radical proposta pelo Partido Verde estadunidense e chegando ao programa

de campanha à presidência de Bernie Sanders e à resolução apresentada ao congresso estadunidense pela deputada Alexandria Ocasio-Cortez.

Peguemos alguns dos elementos mais disruptivos que encontramos entre essas várias versões. Neles, vemos recorrentemente o objetivo principal de realizar uma transição energética, com a virtual eliminação do uso de energia baseada em combustíveis fósseis. Embora possamos admitir a viabilidade técnica de uma transição como essa, ela traz em seu rastro implicações que indicam a verdadeira escala revolucionária das transformações que precisariam ser operadas. Eliminar o uso de energia baseada em combustíveis fósseis implica eliminar a maior parte dos setores de petróleo, carvão e gás. Implica aleijar a capacidade de operação das indústrias pesadas, tecnicamente pouco permeáveis a energias renováveis. Implica sacudir violentamente o setor financeiro, por onde circulam trilhões de dólares em ativos lastreados em reservas fósseis ainda não exploradas. Implica reorganizar na medula todo o sistema de transportes, eliminando ou limitando fortemente certos modais (como o carro de passeio particular e o avião). Implica reestruturar profundamente as geografias dos grandes centros urbanos. Implica reestruturar profundamente a maneira como produzimos alimento (ARONOFF *et alii*, 2019).

A ilusão à qual me refiro não diz respeito ao conteúdo dessas tarefas enumeradas. Ao contrário, é seguro afirmar que tudo isso (e muito mais) precisa de fato ser realizado. A ilusão à qual me refiro tampouco pretende indicar que essas tarefas são irrealizáveis. A ilusão é que, mesmo entre marxistas do quilate de John Bellamy Foster, ainda circula a noção de que essas transformações profundas seriam obtíveis *ainda no capitalismo*. Pior ainda, se tomarmos como referência o debate em torno do *Green New Deal*, descobrimos que tais transformações não apenas seriam obtíveis no capitalismo, mas que esse possível sucesso seria alcançado pela via legislativa, pela luta/pressão por boas leis, regulações e aparatos fiscalizatórios.

No texto de Foster (2021, p. 222), essa crença fica particularmente evidente quando ele menciona a ideia de reformas revolucionárias, que seriam

“reformas que propõem uma reestruturação fundamental do poder econômico, político e ecológico, e que apontam, ao invés de se afastarem, para uma transição do capitalismo para o socialismo”. Ou seja, se as tais reestruturações fundamentais apenas “apontam para” uma transição – ao invés de serem realizadas *em meio* a uma transição –, então elas ocorreriam *ainda no capitalismo*.

Por tudo que sabemos da dinâmica reprodutiva característica desta sociedade, não é exagero afirmar que estamos diante de ambições que, formatadas nesses termos, são inalcançáveis. O próprio autor nos dá pistas claras para essa crítica que dirigimos a ele. É ele que nos informa que “o Banco Interamericano de Desenvolvimento declarou em 2016 que as empresas de energia estavam diante da perda potencial de US\$ 28 trilhões como resultado da necessidade mundial de manter os combustíveis fósseis no solo” (FOSTER, 2021, p. 222). É ele que nos diz que “Como o capital entendeu desde o princípio, essas mudanças ameaçariam toda a ordem político-econômica, visto que, uma vez que a população fosse mobilizada para a mudança, todo o metabolismo da produção capitalista seria desafiado” (FOSTER, 2021, p. 222).

Como explicar a patente desconexão entre essas afirmações e a defesa de “reformas revolucionárias” que “apontam para a transição”? Em uma primeira aproximação, dois elementos sobressaem: uma concepção problemática da categoria *transição* e uma concepção etapista da resolução da crise ecológica.

A ideia de transição é muito presente no pensamento ecossocialista e indica o caráter necessariamente processual de superação da sociedade capitalista. Colocando em outros termos, bem mais gerais, poderíamos dizer o seguinte: vivemos em um mundo regido pelo capital e defendemos um outro mundo possível, em que o capital tenha sido superado; esse novo mundo, contudo, não é criado *ex nihilo*, mas parido das entranhas do mundo atual; logo, nossa *praxis* defronta-se com (e se dirige a) os parâmetros, as estruturas, as necessidades e as urgências do mundo atual; daí se impõe a necessidade de um programa de transição – *i.e.*, um programa de ações que, travando luta com o (e no) presente, aponta para um outro futuro possível.

Aqui começam os problemas. O primeiro, mais óbvio, é confundir um *programa de transição* com a *própria transição*. Se nos debruçarmos sobre um dos programas de transição mais conhecidos (TROTSKY, 2017), vemos que o conjunto de embates proposto – ainda que ambicione variados avanços do ponto de vista da classe trabalhadora – não tem a pretensão de operar de fato uma transição, à espera de um período revolucionário (ou, pior, prescindindo da revolução). O programa de transição, se levado a cabo de maneira bem sucedida, cumpre a tarefa de tensionar o presente até seu ponto de ruptura. Em outras palavras, cumpre a tarefa de desatar a revolução, não de esperar por ela. É a revolução, por sua vez, que abre, de fato, as possibilidades de uma efetiva transição.

A maneira como situamos *transição* e *revolução* no tempo pode a princípio parecer um esforço de puro preciosismo teórico, mas nas questões que interessam ao pensamento ecossocialista, é decisiva uma adequada compreensão do que é possível *antes de* uma revolução e o que se torna possível apenas *em meio* a uma revolução.

Sequer precisamos excluir *a priori* a possibilidade de que, para uma série de transformações sociais importantes, ocorram transições no interior da ordem vigente. Mas o tema da crise ecológica cobra uma análise mais específica. Conforme apontei há pouco, no centro do debate a respeito da transição ecossocialista, figura a urgência de realizar uma transição energética capaz de descarbonizar nossas atividades produtivas. Isso, como vimos, traz consigo uma série de desafios monumentais, todos eles inconciliáveis com a reprodução da sociedade capitalista. Para assumirmos, *nesse caso*, a ideia de transição como um processo que antecede um processo revolucionário, precisaríamos supor que essas tarefas são todas realizáveis *ainda nos marcos da sociedade capitalista*. Assim, supõe-se, a transição seria uma meta que, uma vez alcançada, ao menos garantiria as condições ecológicas de vida no planeta para que, enfim, em algum momento do futuro, a revolução seja desatada. Admitir isso implica admitir, mesmo a contragosto, que a sociedade capitalista é capaz de resolver e superar seu caráter destrutivo

e desestabilizador no âmbito energético/climático. Infelizmente, é grande o número de camaradas ecossocialistas brilhantes que caem, em maior ou menor grau, nessa armadilha. De Fernandes (2020a; 2020b) a Löwy (2020), de Foster (2021) a Burkett (1999).

No texto publicado neste volume da *RSEP*, Foster apresenta-nos dois estágios que estruturam sua visão um tanto etapista de superação da destrutibilidade ecológica do capital. Um primeiro estágio, que inicialmente assumiria uma forma *ecodemocrática* que se concentraria na, em suas palavras, “construção de alternativas energéticas combinadas com uma transição justa, mas em um contexto que, no geral, careceria de qualquer crítica sistemática à produção ou ao consumo” (FOSTER, 2021, p. 229). Esse estágio eventualmente seria sucedido por um outro, marcado por uma perspectiva *ecorrevolucionária* mais abrangente. Se tentássemos fazer a leitura mais generosa possível desse trecho do texto, poderíamos dizer que no primeiro estágio se acumulam tensões oriundas da inexequibilidade até mesmo de um programa ecodeocrático mínimo e que elas eventualmente catalizam um processo de ruptura ecorrevolucionária que cria as condições para uma transição efetiva¹.

Não é dessa maneira, no entanto, que Foster propõe sua perspectiva em dois estágios. Na sequência do texto, fica evidente que ele está preocupado em garantir que as “conquistas” do estágio ecodeocrático não sejam perdidas para um tipo de keynesianismo ecológico, orientado para crescimento econômico rápido e ciclos de consumo ilimitado. Ou seja, ele de fato admite ser possível conter a compulsão do crescimento econômico e do consumo ilimitado *ainda no capitalismo*. Nesse sentido, é sintomático que ele atribua a obsessão por crescimento e consumo ao keynesianismo e não ao capital.

Que Naomi Klein, uma crítica não marxista do capitalismo, caia nesse erro crasso é até certo ponto compreensível. Por outro lado, é inacreditável que um marxista da estatura de Foster considere viável operar algo assim ainda

¹ Não custa reforçar que, mesmo com essa leitura, a questão da urgência da transição fica sem ser abordada adequadamente.

no capitalismo, num suposto primeiro estágio ecodemocrático de uma transição ao ecossocialismo. Aliás, não deixa de ser irônico que Klein e Foster nos advertam contra o keynesianismo ecológico e, ao mesmo tempo, depositem expectativas em uma agenda política autodenominada *Green New Deal*. O nome remete conscientemente ao *New Deal* dos anos 30 do século XX, que foi uma espécie de antessala do período de auge da ideologia keynesiana que marcou especialmente as duas décadas que sucederam o pós-guerra.

Falando em expectativas, chegamos enfim ao último ponto deste comentário, o das expectativas frustradas. Como o artigo é de novembro de 2019, Foster não poderia saber que o *Green New Deal* de Ocasio-Cortez não prosperou nem mesmo nas fileiras do Partido Democrata e que o *Green Deal* europeu é uma releitura mal disfarçada de tudo que a Europa já vem perseguindo há algumas décadas. Existe uma tentação muito forte em avaliar esses fracassos como originados por falta de vontade política, por falta de mobilização popular, por força de *lobbies* poderosos interessados na manutenção do *business as usual* etc. Evidentemente, tudo isso entra em cena em fracassos como esse, mas há determinantes estruturais mais profundos que precisam ser trazidos à tona.

Quando ecossocialistas como Foster propõem disputar o *Green New Deal* para uma linha radical, ele adquire contornos de um programa mínimo (novamente, remeto a Trotsky (2017)). E, claramente, mesmo na literatura não marxista que trata do *Green New Deal*, esse mínimo refere-se ao mínimo *necessário*, ou seja, ao mínimo que precisamos fazer para não transformar o planeta em uma rocha inabitável. O que normalmente se perde de vista é que – conforme já enfatizamos no ponto anterior – até mesmo o mínimo necessário entra em um conflito insanável com a lógica do capital.

Se formos rigorosos com essa conclusão, precisamos afirmar que até mesmo o mínimo necessário *pressupõe* a abertura de um processo de ruptura com a sociedade presidida pelo capital. A não ser *em meio* a um processo como esse, a vontade política sempre ficará aquém do mínimo, a mobilização popular sempre terá sua força exaurida antes de alcançar apenas o mínimo e

os *lobbies* sempre terão força suficiente para sepultar inclusive os pequenos passos em direção ao mínimo.

A empreitada natimorta de Ocasio-Cortez e o sucesso legislativo europeu dramaticamente diluído são sintomas disso. Eles indicam um dilema que se impõe à política reformista² na era do capital e da crise ecológica: ao propor/buscar o necessário (mesmo que apenas o mínimo), ela se torna inviável; e ao buscar viabilizar-se, ela precisa ficar aquém do necessário. Desse dilema, a política só escapa se compreender que os caminhos que precisam ser disputados para um futuro ecossocialista só são desbloqueados por um processo *revolucionário* de transição.

² Mesmo aquela que se autodenomina revolucionária.

Referências

ARONOFF, K. et alii. *A Planet to Win: Why We Need a Green New Deal*. Londres: Verso, 2019.

BHASKAR, R. "Societies" in: ARCHER, Margaret; BHASKAR, Roy; COLLIER, Andrew; LAWSON, Tony; NORRIE, Alan (eds.). *Critical Realism: Essential Readings*. Londres: Routledge, 1998, pp. 206-258.

BURKETT, P. *Marx and Nature: A Red and Green Perspective*. Nova York: St. Martin's Press, 1999.

FERNANDES, S. "Ecosocialism from the Margins", *NACLA Report on the Americas*, vol. 52, n. 2, 2020a.

_____. "Una visión ecosocialista para la descarbonización en América Latina", *Tricontinental*, n. 2, 2020b.

FOSTER, J. B. "Pegando Fogo desta vez", *Revista da SEP*, vol. 1, n. 61, set./dez. 2021.

IPCC. *Global Warming of 1.5 C: An IPCC special report on the impacts of global warming of 1.5 °C above pre-industrial levels*. Genebra: IPCC, 2018.

_____. *IPCC Special Report on the Ocean and Cryosphere in a Changing Climate*. Genebra: IPCC, 2019a.

_____. *Climate Change and Land: An IPCC Special Report on climate change, desertification, land degradation, sustainable land management, food security, and greenhouse gas fluxes in terrestrial ecosystems*. Genebra: IPCC, 2019b.

KLEIN, N. *On Fire: The (Burning) Case for a Green New Deal*. Londres: Penguin Books, 2019.

LÖWY, M. *O que é ecosocialismo?* São Paulo: Editora Cortez, 2020.

TROTSKY, L. *Programa de transição da IV Internacional*. São Carlos: Editora Sundermann, 2017.